

Ciência e Tecnologia

Para o Desenvolvimento
Ambiental, Cultural
e Socioeconômico

Xosé Somoza Medina
(organizador)

VOL IV

 EDITORA
ARTEMIS
2023

Ciência e Tecnologia

Para o Desenvolvimento
Ambiental, Cultural
e Socioeconômico

Xosé Somoza Medina
(organizador)

VOL IV

 EDITORA
ARTEMIS
2023

2023 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2023 Os autores
Copyright da Edição © 2023 Editora Artemis



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizador	Prof. Dr. Xosé Somoza Medina
Imagem da Capa	peacestock/123RF
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato*, México
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.^a Dr.^a Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México



Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional, Argentina*
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca, Espanha*
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República, Uruguay*
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal, Canadá*
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointier Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis, Argentina*
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca, Argentina*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg, Suécia*
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura, Peru*
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío, Chile*
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College, Estados Unidos*
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha, Espanha*
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México, México*
Prof. Dr. José Cortez Godínez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid, Espanha*
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín, Colômbia*
Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México*
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México, México*
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide, Espanha*
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I, Espanha*
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University*, Russia
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasiléviski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciência e tecnologia para o desenvolvimento ambiental, cultural e socioeconômico IV [livro eletrônico] / Organizador Xosé Somoza Medina. – Curitiba, PR: Artemis, 2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilíngue

ISBN 978-65-81701-11-6

DOI 10.37572/EdArt_301123116

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Tecnologia – Aspectos ambientais. I. Somoza Medina, Xosé.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



PRÓLOGO

En este nuevo libro de la serie “Ciencia e Tecnología para o desenvolvimiento ambiental, cultural e socioeconómico” se han seleccionado diecisiete trabajos de gran calidad académica y capacidad de transferencia a la sociedad. Este último aspecto debe ser subrayado y puesto en valor. Un gran número de investigaciones publicadas en revistas de elevado nivel científico carecen de este impacto en la sociedad al desarrollar debates teóricos muy específicos que no tienen una traslación a la rutina diaria fuera de los laboratorios y aulas universitarias. En cambio, en todos los artículos que componen esta monografía se traslada de forma explícita la voluntad de las autoras y los autores de que sus investigaciones tengan un impacto real en la sociedad. Esta manera de actuar es una forma que tenemos las personas que nos dedicamos a investigar de devolver a la sociedad una parte de lo que se nos ha dado para poder dedicarnos profesionalmente a producir ciencia y tecnología.

Como en ocasiones anteriores, los trabajos publicados en este volumen se dividen en dos grandes apartados: Ciencia, con diez aportaciones, y Tecnología, con siete. En el primer apartado, Ciencia, sobresalen una serie de conceptos que muestran esa voluntad de transferencia a la sociedad, son innovación, gestión del conocimiento, y digitalización, aplicables principalmente a pequeñas y medianas empresas. El primer trabajo desarrolla el modelo de conocimiento e innovación sostenible en las PYMES, mientras que el siguiente capítulo estudia las condiciones necesarias para que surja la innovación y el tercero los sistemas de selección de personal en las PYMES a través del análisis de puestos. El cuarto capítulo analiza la innovación a través de un estudio de caso, concretamente el de una empresa familiar del sector de la construcción en México; el quinto traslada un diagnóstico de la transformación digital en las PYMES realizado en Bogotá y el sexto muestra como las características culturales afectan la planeación estratégica de las MIPYMES mexicanas. El séptimo trabajo estudia la capacitación digital de la demanda de turismo cultural en Michoacán. Los dos capítulos siguientes muestran nuevos modelos de gestión en las universidades, trasladables a las empresas, y el último trabajo desarrolla aspectos sobre la legislación mexicana en materia de protección de datos.

El segundo bloque de esta monografía, Tecnología, agrupa siete investigaciones aplicadas desde los campos de la ingeniería agrícola, geológica, o química. Los dos primeros trabajos son de agronomía, con investigaciones empíricas sobre residuos cítricos y maíz azul. El tercer trabajo analiza riesgos ambientales geológicos en la cuenca Inambari, en Perú y el cuarto trabajo las consecuencias de los incendios forestales en el Estado de Jalisco, México. Los tres capítulos siguientes desarrollan investigaciones de química aplicada, orientada a la electrólisis, las nanoestructuras o la metalurgia de las superaleaciones, que es el trabajo que cierra este volumen de “Ciencia e Tecnología para o desenvolvimiento ambiental, cultural e socioeconómico”.

Xosé Somoza Medina
Universidad de León, España

SUMÁRIO

CIENCIA

CAPÍTULO 1..... 1

GESTIÓN DE CONOCIMIENTO E INNOVACIÓN SOSTENIBLE COMO BASE DEL ECOSISTEMA QUE FORTALECE LAS PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS

Ana Judith Paredes-Chacín

Fanery Andrea Hoyos-Giraldo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231161

CAPÍTULO 2..... 26

¿DÓNDE NACE LA INNOVACIÓN? PERSPECTIVAS TEÓRICAS DESDE LAS CAPACIDADES DE LA EMPRESA

Moisés Librado-González

Ramón Inzunza-Acosta

Víctor Santiago-Sarmiento

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231162

CAPÍTULO 3..... 38

INVESTIGACIÓN DE ANÁLISIS DE PUESTOS EN LA PEQUEÑA Y MEDIANA EMPRESAS (PYMES)

Giuseppe Francisco Falcone Treviño

Karina Ornelas Garza

Zaida Leticia Tinajero Mallozzi

Joel Luis Jiménez Galán

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231163

CAPÍTULO 4..... 79

GESTIÓN DEL CONOCIMIENTO EN PYMES DEL SECTOR CONSTRUCCIÓN: ESTUDIO DE CASO

Román Alberto Quijano García

Roger Manuel Patrón Cortés

Giselle Guillermo Chuc

Fidel Ramón Alcocer Martínez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231164

CAPÍTULO 5..... 89

DIAGNÓSTICO DE LA TRANSFORMACIÓN DIGITAL EN PYMES

Zulma Julieth Avellaneda Avellaneda

Iván Fernando Suárez Lozano

Nairo Yovany Rodríguez Cabrera

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231165

CAPÍTULO 6..... 103

APROXIMACIÓN TEÓRICA AL CONCEPTO DE EVASIÓN A LA INCERTIDUMBRE Y ORIENTACIÓN A LARGO PLAZO EN LA PLANEACIÓN ESTRATÉGICA DE LAS MIPYMES MEXICANAS

Carlos Alberto Pérez Canul


Charlotte Monserrat Llanes Chiquini

Roger Manuel Patrón Cortés

Giselle Guillermo Chuc

Diana Concepción Mex Álvarez

Thania Tuyub Ovalle

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231166

CAPÍTULO 7..... 113

LA IMPORTANCIA DE LA FORMACIÓN DE PÚBLICOS PARA EL TURISMO CULTURAL EN LA ERA DIGITAL, EL CASO DE MICHOACÁN

Omar Becerra Moreno

Tzitzí Erandi Becerra Moreno

Zoe Becerra Santacruz

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231167

CAPÍTULO 8..... 126

LOS ECOSISTEMAS DE INVESTIGACIÓN EN LAS UNIVERSIDADES

José Ángel Meneses Jiménez

Pedro Julián Ormeño Carmona

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231168

CAPÍTULO 9..... 133

DISEÑO DE UN SISTEMA DE GESTIÓN DE CONVENIOS

Diana Concepción Mex Alvarez

Luz María Hernández Cruz

Charlotte Monserrat Llanes Chiquini

Carlos Alberto Pérez Canul
Roger Manuel Patrón Cortés
Thania del Carmen Tuyub Ovalle

 https://doi.org/10.37572/EdArt_3011231169

CAPÍTULO 10.....143

LA LEGISLAZIONE MESSICANA IN MATERIA DI PROTEZIONE DI DATI PERSONALI
SODDISFA IL CRITERIO D'ADEGUATEZZA EUROPEO?

Eduardo Orozco Martínez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_30112311610

TECNOLOGÍA

CAPÍTULO 11.....159

TRATAMIENTO DE RESIDUOS CÍTRICOS GENERADOS EN LA ZONA CENTRO-
NORTE DE VERACRUZ PARA LA PRODUCCIÓN DE COMPOST

Yovani López González
Neira Sánchez Zárate
Heidi Anabel Jácome Sánchez
Luis Alfredo Hernández Vázquez
Edson Aldair Sánchez Ramos

 https://doi.org/10.37572/EdArt_30112311611

CAPÍTULO 12..... 164

CUANTIFICACIÓN DE ANTOCIANINAS EN MAÍZ AZUL

Germán Fernando Gutiérrez-Hernández
José Luis Arellano-Vázquez
Luis Fernando Ceja-Torres
Estela Flores-Gómez
Patricia Vázquez-Lozano

 https://doi.org/10.37572/EdArt_30112311612

CAPÍTULO 13.....170

PELIGRO GEOLÓGICO, SUSCEPTIBILIDAD Y RIESGO DE DESASTRE EN LA CUENCA
INAMBARI

Newton Víctor Machaca Cusilayme
José Mamani
Sofía Benavente

Alexandre Campane Vidal

 https://doi.org/10.37572/EdArt_30112311613

CAPÍTULO 14..... 175

ESTIMACIÓN DE GASES EFECTO INVERNADERO PRODUCIDOS POR DIFERENTES CLASES DE COMBUSTIBLES FORESTALES EN EL ESTADO DE JALISCO

José German Flores-Garnica
Ana Graciela Flores-Rodríguez
Esteban Gottfried-Burguett

 https://doi.org/10.37572/EdArt_30112311614

CAPÍTULO 15..... 185

OXYGEN REDUCTION REACTION ON FENSEC MATERIALS, THEIR ELECTROLYTIC ACTIVITY IN ACID MEDIA

Ricardo González-Cruz
Idalia Rangel-Salas
Ana B. Soto-Guzmán
Ricardo Manríquez
Omar Solorza-Feria

 https://doi.org/10.37572/EdArt_30112311615

CAPÍTULO 16..... 197

NUEVAS NANOESTRUCTURAS DE MÍNIMO POTENCIAL DE LENNARD JONES Y MORSE

Carlos Barrón Romero

 https://doi.org/10.37572/EdArt_30112311616

CAPÍTULO 17..... 215

ESTUDIO DE UNA SUPERALEACIÓN 718 SOLDADA CON EL PROCESO DE SOLDADURA GTAW DESDE UNA PERSPECTIVA TÉRMICA

Maria de Lourdes Hernández Rodríguez
Ma. de Jesús Soria Aguilar
Francisco Fernando Curiel López
Jorge Leobardo Acevedo Dávila
Ana Cecilia Palos Zuñiga

 https://doi.org/10.37572/EdArt_30112311617

SOBRE O ORGANIZADOR..... 227

ÍNDICE REMISSIVO..... 228

CAPÍTULO 10

LA LEGISLAZIONE MESSICANA IN MATERIA DI PROTEZIONE DI DATI PERSONALI SODDISFA IL CRITERIO D'ADEGUATEZZA EUROPEO?

Data de submissão: 27/09/2023

Data de aceite: 16/10/2023

Eduardo Orozco Martínez

<https://www.linkedin.com/in/eduardo-orozco-mart%C3%ADnez-8b14045b/>

RIEPILOGO: Il presente lavoro analizza il criterio europeo di adeguatezza come via per il trasferimento internazionale dei dati personali con un paese terzo il quale, si propone come uno strumento che garantisce al proprietario del dato personale lo stesso livello di protezione dello Spazio economico europeo in un paese terzo od organizzazione internazionale. Successivamente, esamineremo le basi giuridiche che hanno influito sulla Decisione di adeguatezza 2003/490/CE dell'Argentina del 3 giugno 2003 e, infine, sulla base di uno studio giuridico comparativo, si valuterà se l'ordinamento messicano soddisferebbe i requisiti di adeguatezza europea nel caso in cui il "Gobierno de México" decidesse di avviare l'iter procedimentale per diventare paese destinatario dei dati europei come parte della strategia per la ratifica del nuovo "Tratado de Libre Comercio entre México y la UE".

PAROLE CHIAVE: GDPR. Trasferimento internazionale di dati. Livello adeguato. Legislazione messicana. Legislazione argentina.

1 INTRODUZIONE

Il Considerando 101¹ del Regolamento generale sulla protezione dei dati² descrive perfettamente come la legislazione europea in materia sia passata da un approccio "difensivo" tipico della formula del "right to be let alone"³ a un'impostazione bicefala basata sulla gestione del rischio e della responsabilità⁴. Questo cambiamento di prospettiva è stato necessario

¹ Si veda, E, Parlamento, *Regolamento (UE) 2016/679 del Parlamento europeo e del Consiglio del 27 aprile 2016*. <https://www.garanteprivacy.it/documents/10160/0/Regolamento+UE+2016+679.+Arricchito+con+riferimenti+ai+Considerando+Aggiornato+alle+rettifiche+pubblicate+sulla+Gazzetta+Ufficiale++dell%27Unione+europea+127+del+23+maggio+2018>: "I flussi di dati personali verso e da paesi al di fuori dell'Unione e organizzazioni internazionali sono necessari per l'espansione del commercio internazionale e della cooperazione internazionale. L'aumento di tali flussi ha posto nuove sfide e problemi riguardanti la protezione dei dati personali. È opportuno però che, quando i dati personali sono trasferiti dall'Unione a titolari del trattamento e responsabili del trattamento o altri destinatari in paesi terzi o a organizzazioni internazionali, il livello di tutela delle persone fisiche assicurato nell'Unione dal presente regolamento non sia compromesso, anche nei casi di trasferimenti successivi dei dati personali dal paese terzo o dall'organizzazione internazionale verso titolari del trattamento e responsabili del trattamento nello stesso o in un altro paese terzo o presso un'altra organizzazione internazionale".

² D'ora in poi: RGPD.

³ Warren S., Brandeis L., *The right to privacy*, Harvard Law Review, 1890, Vol. 4, N. 5, p. 195.

⁴ Risk based approach and accountability.

alla luce dell'espansione del commercio internazionale derivante dalle nuove tecnologie e dalla globalizzazione digitale.

È sempre il Considerando 101 che sancisce il principio cardine per la regolamentazione dei flussi di dati personali al di fuori dei confini dell'Unione europea⁵: “[...] in ogni caso, i trasferimenti [dei dati personali] verso paesi terzi e organizzazioni internazionali potrebbero essere effettuati soltanto nel pieno rispetto del presente regolamento. Il trasferimento potrebbe aver luogo soltanto se, fatte salve le altre disposizioni del presente regolamento, il titolare del trattamento o il responsabile del trattamento rispetta le condizioni stabilite dalle disposizioni del presente regolamento in relazione al trasferimento di dati personali verso paesi terzi o organizzazioni internazionali”⁶. È in questo paragrafo che si esprime la volontà del legislatore europeo di garantire lo stesso standard di protezione europeo nel paese terzo o nell'organizzazione internazionale ricevente.

Dopo il crollo del “Privacy shield” tra Stati Uniti e l'Ue, con la sentenza del 6 ottobre 2015⁷ della Corte di giustizia dell'Ue⁸ proponiamo i seguenti interrogativi: Cosa intende la legislazione e la giurisprudenza europea per adeguato livello di protezione? Quali sono i requisiti giuridici, politici e tecnici per raggiungere tale adeguatezza per poter accedere al flusso di dati personali provenienti dall'Ue? In particolare, l'ordinamento giuridico messicano potrebbe garantire un adeguato livello di protezione per poter essere considerato un candidato idoneo per la ricezione del flusso di dati europei come lo sono attualmente paesi come l'Argentina⁹, l'Uruguay¹⁰ o l'Israele¹¹? Nelle seguenti pagine riferiremo le opinioni degli esperti in materia per dare una risposta agli interrogativi proposti. In primis, realizzeremo una breve sintesi sul modello d'adeguatezza europeo il

⁵ D'ora in poi: Ue.

⁶ E, Parlamento, *Regolamento (UE) 2016/679. Disponibile sul sito: <https://www.garanteprivacy.it/documents/10160/0/Regolamento+UE+2016+679.+Arricchito+con+riferimenti+ai+Considerando+Aggiornato+alle+rettifiche+pubblicate+sulla+Gazzetta+Ufficiale++dell%27+Unione+europea+127+del+23+maggio+2018>*. Considerando 101.

⁷ Causa C-362/14 Maximilian Schrems c. Data Protection Commissioner. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/IT/TXT/?uri=CELEX%3A62014CJ0362>

⁸ D'ora in poi: CGUE.

⁹ Si veda, Decisione della Commissione del 30 giugno 2003 a norma della direttiva 95/46/CE del Parlamento europeo e del Consiglio sull'adeguatezza la protezione dei dati personali in Argentina. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:32003D0490&from=ES>

¹⁰ Si veda, Decisione di esecuzione della Commissione del 21 agosto 2012 a norma della direttiva 95/46/CE del Parlamento europeo e del Consiglio relativa alla adeguata protezione dei dati personali da parte della Repubblica orientale dell'Uruguay per quanto riguarda il trattamento automatizzato dei dati personali. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:32012D0484&from=ES>

¹¹ Si veda, Decisione della Commissione del 31 gennaio 2011 a norma della direttiva 95/46/CE del Parlamento europeo e del Consiglio relativa alla adeguata protezione dei dati personali da parte dello Stato di Israele per quanto riguarda trattamento automatizzato dei dati personali. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011D0061&from=ES>

quale si propone come uno strumento che garantisce al proprietario del dato personale lo stesso livello di protezione dello Spazio economico europeo¹² in un paese terzo od organizzazione internazionale. Successivamente, saranno esaminati i motivi giuridici e politici che hanno influito sulla Decisione di adeguatezza 2003/490/CE dell'Argentina del 3 giugno 2003 e, infine, sulla base di uno studio giuridico comparativo, si valuterà se l'ordinamento messicano soddisferebbe i requisiti di adeguatezza europea nel caso in cui il "Gobierno de México" decidesse di avviare l'iter procedimentale per diventare paese destinatario dei dati europei al fine di rafforzare le relazioni economiche con l'Ue.

La giustificazione del presente studio comparativo si basa sul fatto che l'Ue e il Messico mantengono stretti rapporti commerciali e d'investimento sin dal 1997, quando è stato firmato un accordo di cooperazione economica¹³. L' accordo, noto come "Tratado de Libre Comercio entre México y la UE"¹⁴, ha aperto il commercio alle merci¹⁵. Tuttavia, visto che il commercio tra i Partner ha raggiunto 75 miliardi di dollari nel 2019¹⁶, l'Ue e il Messico hanno concordato di avviare un nuovo accordo commerciale il 21 aprile 2018. Questo nuovo Trattato amplierà il campo di applicazione di quello attualmente in vigore, dal momento che vengono definite posizioni comuni in temi quali: il cambiamento climatico, lo sviluppo sostenibile, la trasparenza e l'anticorruzione. Naturalmente, nel nuovo TLCMEU è prevista l'introduzione del commercio on line con delle regole che consentano alle imprese e ai consumatori di interagire più facilmente e senza compromettere la propria sicurezza¹⁷. Per questo motivo, è plausibile che il Governo messicano avvii, in breve tempo, un processo di adeguatezza per poter accedere al flusso di dati provenienti dall'UE come parte della strategia per la ratifica del nuovo TLCMEU.

¹² SEE, ossia UE + Norvegia, Liechtenstein, Islanda.

¹³ Per un maggiore approfondimento, si veda, il testo delle trattative. <https://www.gob.mx/tlcuem>

¹⁴ D'ora in poi: TLCMEU. Questo accordo commerciale è entrato in vigore nel 2000. La parte dell'accordo relativa agli scambi di servizi è entrata in vigore nel 2001.

¹⁵ Embajada de México en Bélgica. *Cifras Destacadas de la Relación México-UE*. https://embamex.sre.gob.mx/belgica/images/Economicos/C_DEST_RELCOM_MXUE.pdf. L'Ue è il terzo più grande partner commerciale del Messico. Il Messico che conta con 128 milioni di abitanti, è il secondo maggiore partner commerciale dell'UE in America Latina, dopo il Brasile. Il valore totale degli scambi commerciali tra l'UE e il Messico ammonta a 62 miliardi di euro per le merci (2017) e a 15 miliardi di euro per i servizi (2016). L'UE esporta merci in Messico per un valore di 38 miliardi di euro (2017) e servizi per un valore di 10 miliardi di euro (2016).

¹⁶ Si veda, Gobierno de México. *Modernización del TLCMEU* https://www.gob.mx/cms/uploads/image/file/593829/TLCUEM-inf_MODERNIZACION-20200722.jpg

¹⁷ *Ibidem*, "L'accordo stabilisce norme orizzontali per tutte le attività commerciali svolte con mezzi elettronici. Tali norme non si limitano al mero scambio di servizi. Il suo scopo è: - eliminare gli ostacoli ingiustificati al commercio elettronico vietando i dazi doganali sulle trasmissioni elettroniche ed eliminando le procedure di autorizzazione non necessarie; - garantire la certezza del diritto alle imprese garantendo la validità e l'efficacia giuridica dei contratti elettronici, nonché l'autenticazione elettronica e i servizi di fiducia; - garantire un ambiente online sicuro per i consumatori".

2 IL MODELLO EUROPEO DI ADEGUATEZZA

La tecnologia attuale consente la trasmissione dei dati digitali a livello globale, essenzialmente senza attrito. Pertanto, se la protezione della legge si fermasse alle frontiere dell'Ue, gli sforzi regolatori iniziati sin dagli anni '70 per stabilire forti salvaguardie per la privacy dei cittadini europei sarebbero destinati al fallimento¹⁸. Il legislatore europeo, conscio di quanto detto prima, ha considerato che il trattamento delle informazioni personali dei residenti dell'Ue senza il rispetto della loro privacy sarebbe pericoloso nel contesto internazionale attuale. Di conseguenza, l'Ue ha deciso di legare il suo quadro di protezione dei dati a tutte le informazioni personali provenienti dall'Ue, a prescindere della loro destinazione, e ha dato alle Autorità europee il "potere di embargo dei dati" per impedire l'esportazione di dati verso paesi che non aderiscono agli standard dell'Ue sulla privacy¹⁹. L' "Adequacy model" della protezione dei dati nella giurisdizione estera è stata a lungo il punto di riferimento per le trasmissioni extraterritoriali di dati personali. La Direttiva 95/46/CE del Parlamento europeo e del Consiglio²⁰ che ha preceduto il RGPD, ha fissato lo standard di adeguatezza per il flusso dei dati transfrontaliero nel 1995²¹. L'obiettivo essenziale di questo modello è quello di garantire un livello di protezione dei dati delle persone fisiche sostanzialmente equivalente al livello di protezione in territorio europeo in un paese terzo o organizzazione internazionale. In particolare, consiste nell'effettuare una valutazione specifica del paese in cui verrà effettuato il trasferimento internazionale. Il RGPD ha mantenuto gli stessi requisiti della Direttiva 95/46/CE e, inoltre, ha aggiunto dei controlli posteriori alla Decisione di adeguatezza che potrebbero derivare in una revoca nel caso della venuta a meno di uno dei requisiti dell'art. 45.²²

L'Ue, basata su una vocazione conciliatrice di legislazioni di diverse matrici giuridiche in vigore tra i suoi Stati membri, che vanno dal diritto di radice romana a quello di radice germanica, slava, baltica, ecc. È riuscita a creare diversi modelli di armonizzazione giuridica. Il cosiddetto principio di equivalenza può ben essere frutto di questo continuo incontro di giurisprudenze. In materia di protezione dei dati personali, l'equivalenza è nata come un vero e proprio compromesso tra gli Stati Membri. In effetti,

¹⁸ Schwartz P., *European Data Protection Law and Restrictions on International Data Flows*, 80 IOWA L. REV. 471 1995.

¹⁹ Schwartz P., *The EU-U.S. Privacy Collision: A Turn to Institutions and Procedures*, 126 HARV. L. REV. 1966, 1966, 1984 2013.

²⁰ D'ora in poi: Direttiva 95/46/CE.

²¹ *Ibidem*.

²² Garante per la protezione della Privacy. *Trasferimento di dati personali all'estero*. <https://www.garanteprivacy.it/temi/trasferimento-di-dati-all-estero>: "Il Regolamento prevede un'attività di monitoraggio da parte della Commissione mediante riesame delle decisioni a cadenza periodica, almeno ogni quattro anni. Tale attività può concludersi con una modifica della decisione o in altre circostanze con la sospensione o persino con la sua revoca, (art. 45, paragrafi 3-5 del Regolamento UE 2016/679)".

Durante gli anni '70, '80 e meta dei '90, le Nazioni europee richiedevano una “protezione equivalente” prima di consentire il trasferimento dei dati personali oltre i propri confini. Successivamente, la Direttiva 95/46/CE ha raccolto il criterio di equivalenza contribuendo alla creazione del mercato unico digitale europeo, caratterizzato da un alto livello di garanzie e protezioni. Tuttavia, per i trasferimenti al di fuori dai confini dell'Ue, la Direttiva 95/46/CE ha abbandonato il principio di equivalenza e ha utilizzato un parametro diverso di riferimento, quello del principio di adeguatezza della protezione. A questo riguardo, la Direttiva 95/46/CE stabiliva che i trasferimenti internazionali dovevano essere effettuati “solo se [...] il paese terzo in questione garantisce un livello di protezione adeguato²³.” La Decisione sull'adeguatezza doveva essere presa dalle Autorità Garanti nazionali, anche se la Commissione europea²⁴ stessa fosse autorizzata ad “avviare le trattative” con i paesi con una protezione dei dati inadeguata “al fine di porre rimedio alla situazione.²⁵” Infine, la Direttiva 95/46/CE conteneva sei eccezioni al suo requisito di adeguatezza per i trasferimenti internazionali²⁶.

Analogamente alla Direttiva 95/46/CE, il RGPD fornisce un test di adeguatezza per i trasferimenti di dati al di fuori dell'UE. Nel suo art. 45, il RGPD richiede che la Commissione consideri un lungo elenco di fattori per valutare l'adeguatezza della protezione, tra cui “lo stato di diritto, il rispetto dei diritti umani e delle libertà fondamentali, la legislazione pertinente, sia generale che settoriale [...] nonché l'attuazione di tale legislazione, norme sulla protezione dei dati, norme professionali e misure di sicurezza.²⁷” L'esito positivo di tale valutazione si avrà quando la Commissione

²³ Si veda, Direttiva 95/46/EC, art. 25(1).

²⁴ D'ora in poi: Commissione.

²⁵ Direttiva 95/46/EC, art. 25(5).

²⁶ *Ivi*, art. 26(1).

²⁷ E. Parlamento, *Regolamento (UE) 2016/679 del Parlamento europeo e del Consiglio del 27 aprile 2016*. <https://gdprinfo.eu/it> “Articolo 45 Trasferimento sulla base di una Decisione di adeguatezza: 1. Il trasferimento di dati personali verso un paese terzo o un'organizzazione internazionale è ammesso se la Commissione ha deciso che il paese terzo, un territorio o uno o più settori specifici all'interno del paese terzo, o l'organizzazione internazionale in questione garantiscono un livello di protezione adeguato. In tal caso il trasferimento non necessita di autorizzazioni specifiche. 2. Nel valutare l'adeguatezza del livello di protezione, la Commissione prende in considerazione in particolare i seguenti elementi: a) lo stato di diritto, il rispetto dei diritti umani e delle libertà fondamentali, la pertinente legislazione generale e settoriale (anche in materia di sicurezza pubblica, difesa, sicurezza nazionale, diritto penale e accesso delle autorità pubbliche ai dati personali), così come l'attuazione di tale legislazione, le norme in materia di protezione dei dati, le norme professionali e le misure di sicurezza, comprese le norme per il trasferimento successivo dei dati personali verso un altro paese terzo o un'altra organizzazione internazionale osservate nel paese o dall'organizzazione internazionale in questione, la giurisprudenza nonché i diritti effettivi e azionabili degli interessati e un ricorso effettivo in sede amministrativa e giudiziaria per gli interessati i cui dati personali sono oggetto di trasferimento; b) l'esistenza e l'effettivo funzionamento di una o più autorità di controllo indipendenti nel paese terzo o cui è soggetta un'organizzazione internazionale, con competenza per garantire e controllare il rispetto delle norme in materia di protezione dei dati, comprensiva di adeguati poteri di esecuzione, per assistere e fornire consulenza agli interessati in merito all'esercizio dei loro diritti e cooperare con le autorità di controllo degli Stati membri; e c) gli impegni internazionali assunti dal paese terzo o dall'organizzazione internazionale in questione o altri obblighi derivanti da convenzioni o strumenti giuridicamente vincolanti come pure dalla loro partecipazione a sistemi multilaterali o regionali, in particolare in relazione alla protezione dei dati personali”.

confermerà “Formalmente, con effetti vincolanti per gli Stati membri, che il livello di protezione dei dati in un paese terzo o organizzazione internazionale”²⁸.

Le procedure interne dell’Ue per individuare l’adeguatezza sono cambiate nel corso degli anni²⁹. Oggi, una procedura di adeguatezza comporta una proposta formale da parte della Commissione; un parere del Comitato europeo per la protezione dei dati, il quale è composto dai rappresentanti delle Autorità di protezione dei dati di ogni Stato membro; un’approvazione da parte dei rappresentanti degli Stati membri attraverso la cosiddetta procedura di comitatologia³⁰ e finalmente, l’adozione della Decisione di adeguatezza da parte della Commissione.

Il RGPD riformula in termini positivi il principio di fondo espresso in negativo dalla Direttiva 95/46/CE. Quest’ultima stabiliva infatti che, entro i limiti del mercato comune, i dati potevano circolare liberamente e bloccava il trasferimento di dati personali al di fuori dello Spazio economico europeo³¹ (salvo alcune eccezioni). Al contrario, il RGPD ribadisce che la libera circolazione dei dati all’interno dell’Ue è consentita, ma allo stesso tempo prevede che i flussi verso l’estero siano consentiti a determinate condizioni³².

Il cambiamento di prospettiva del RGPD conferma, come meccanismo principale per il trasferimento di dati personali all’estero, l’esistenza di una Decisione positiva da parte della Commissione sul livello di protezione adeguato che garantisce l’ordine di destinazione.

²⁸ Conclusioni durante il 25 maggio 2018 del gruppo di lavoro dell’articolo 29.

²⁹ Per una descrizione della procedura della Direttiva 95/46/EC, si veda, Kuner, C., *European Data Protection Law: Corporate Compliance and Regulation* 175 2d ed. 2007. Per le procedure previste dal GDPR si veda GDPR, supra nota 29, art. 45.

³⁰ La comitatologia, o procedura del comitato, si applica quando la Commissione ha ricevuto delle competenze di esecuzione in un testo di legge. La stessa norma stabilisce anche che la Commissione sia assistita da un comitato per definire le misure contenute nell’atto di esecuzione che ne deriva. La procedura del comitato non è obbligatoria per tutti gli atti di esecuzione - la Commissione può adottarne alcuni senza consultare un comitato (ad es. per l’assegnazione di sovvenzioni al di sotto di un determinato importo).

³¹ Direttiva 95/46/CE art. 1 Párr. 2: “Los Estados miembros no podrán restringir ni prohibir le libre circulación de datos personales entre los Estados miembros por motivos relacionados con la protección garantizada en virtud del apartado 1”.

Ibidem: art 25 Párr. 1: “Los Estados miembros dispondrán que la transferencia a un país tercero de datos personales que sean objeto de tratamiento o destinados a ser objeto de tratamiento con posterioridad a su transferencia, únicamente pueda efectuarse cuando, sin perjuicio del cumplimiento de las disposiciones de Derecho nacional adoptadas con arreglo a las demás disposiciones de la presente Directiva, el país tercero de que se trate garantice un nivel de protección adecuado”.

³² *Ibidem*: art. 44: “Solo se realizarán transferencias de datos personales que sean objeto de tratamiento o vayan a serlo tras su transferencia a un tercer país u organización internacional si, a reserva de las demás disposiciones del presente Reglamento, el responsable y el encargado del tratamiento cumplen las condiciones establecidas en el presente capítulo, incluidas las relativas a las transferencias ulteriores de datos personales desde el tercer país u organización internacional a otro tercer país u otra organización internacional. Todas las disposiciones del presente capítulo se aplicarán a fin de asegurar que el nivel de protección de las personas físicas garantizado por el presente Reglamento no se vea menoscabado”.

A tale proposito, nel Considerando 105³³ si attribuisce particolare importanza al fatto che il paese terzo sia membro della Convenzione 108 del Consiglio d'Europa. In generale, il Considerando 114³⁴ chiarisce che devono essere adottate soluzioni che conferiscono all'interessato diritti effettivi ed esigibili, in modo che possa continuare a beneficiare della protezione dopo l'esportazione dei suoi dati. A differenza di quanto avveniva in passato, il RGPD prevede specificamente che le decisioni di adeguatezza debbano essere oggetto di un regime di pubblicità. La Commissione è infatti espressamente tenuta a pubblicare nella Gazzetta ufficiale e sul suo sito web³⁵. Finalmente, in mancanza di una Decisione di adeguatezza, il flusso di dati verso l'estero non è del tutto escluso, poiché il regolamento ne riconosce la legittimità a determinate condizioni. Infatti, l'Art 46³⁶ del RGPD enuncia

³³ Al di là degli impegni internazionali che il paese terzo o l'organizzazione internazionale hanno assunto, la Commissione dovrebbe tenere in considerazione gli obblighi derivanti dalla partecipazione del paese terzo o dell'organizzazione internazionale a sistemi multilaterali o regionali, soprattutto in relazione alla protezione dei dati personali, nonché all'attuazione di tali obblighi. In particolare si dovrebbe tenere in considerazione l'adesione dei paesi terzi alla convenzione del Consiglio d'Europa, del 28 gennaio 1981, sulla protezione delle persone rispetto al trattamento automatizzato di dati di carattere personale e relativo protocollo addizionale. La Commissione, nel valutare l'adeguatezza del livello di protezione nei paesi terzi o nelle organizzazioni internazionali, dovrebbe consultare il comitato.

³⁴ RGPD <https://www.garanteprivacy.it/documents/10160/0/Regolamento+UE+2016+679.+Arricchito+con+riferimenti+ai+Considerando+Aggiornato+alle+rettifiche+pubblicate+sulla+Gazzetta+Ufficiale++del%27Unione+europea+127+del+23+maggio+2018> Considerando 114: "In ogni caso, se la Commissione non ha adottato alcuna decisione circa il livello adeguato di protezione dei dati di un paese terzo, il titolare del trattamento o il responsabile del trattamento dovrebbe ricorrere a soluzioni che diano all'interessato diritti effettivi e azionabili in relazione al trattamento dei suoi dati personali nell'Unione, dopo il trasferimento, così da continuare a beneficiare dei diritti fondamentali e delle garanzie".

³⁵ *Ibidem*: art.45 par 3: "La Commissione pubblica nella Gazzetta ufficiale dell'Unione europea e sul suo sito web l'elenco dei paesi terzi, dei territori e settori specifici all'interno di un paese terzo, e delle organizzazioni internazionali per i quali ha deciso che è o non è più garantito un livello di protezione adeguato".

³⁶ *Ibidem*: "Articolo 46 Trasferimento soggetto a garanzie adeguate 1. In mancanza di una decisione ai sensi dell'articolo 45, paragrafo 3, il titolare del trattamento o il responsabile del trattamento può trasferire dati personali verso un paese terzo o un'organizzazione internazionale solo se ha fornito garanzie adeguate e a condizione che gli interessati dispongano di diritti azionabili e mezzi di ricorso effettivi. 2. Possono costituire garanzie adeguate di cui al paragrafo 1 senza necessitare di autorizzazioni specifiche da parte di un'autorità di controllo: a) uno strumento giuridicamente vincolante e avente efficacia esecutiva tra autorità pubbliche o organismi pubblici; b) le norme vincolanti d'impresa in conformità dell'articolo 47; c) le clausole tipo di protezione dei dati adottate dalla Commissione secondo la procedura d'esame di cui all'articolo 93, paragrafo 2; d) le clausole tipo di protezione dei dati adottate da un'autorità di controllo e approvate dalla Commissione secondo la procedura d'esame di cui all'articolo 93, paragrafo 2; e) un codice di condotta approvato a norma dell'articolo 40, unitamente all'impegno vincolante ed esecutivo da parte del titolare del trattamento o del responsabile del trattamento nel paese terzo ad applicare le garanzie adeguate, anche per quanto riguarda i diritti degli interessati; o f) un meccanismo di certificazione approvato a norma dell'articolo 42, unitamente all'impegno vincolante ed esigibile da parte del titolare del trattamento o del responsabile del trattamento nel paese terzo ad applicare le garanzie adeguate, anche per quanto riguarda i diritti degli interessati. 3. Fatta salva l'autorizzazione dell'autorità di controllo competente, possono altresì costituire in particolare garanzie adeguate di cui al paragrafo 1: a) le clausole contrattuali tra il titolare del trattamento o il responsabile del trattamento e il titolare del trattamento, il responsabile del trattamento o il destinatario dei dati personali nel paese terzo o nell'organizzazione internazionale; o b) le disposizioni da inserire in accordi amministrativi tra autorità pubbliche o organismi pubblici che comprendono diritti effettivi e azionabili per gli interessati. 4. L'autorità di controllo applica il meccanismo di coerenza di cui all'articolo 63 nei casi di cui al paragrafo 3 del presente articolo. 5. Le autorizzazioni rilasciate da uno Stato membro o dall'autorità di controllo in base all'articolo 26, paragrafo 2, della direttiva 95/46/CE restano valide fino a quando non vengono modificate, sostituite o abrogate, se necessario, dalla medesima autorità di controllo. Le decisioni adottate dalla Commissione in base all'articolo 26, paragrafo 4, della direttiva 95/46/CE restano in vigore fino a quando non vengono modificate, sostituite o abrogate, se necessario, da una decisione della Commissione adottata conformemente al paragrafo 2 del presente articolo".

una serie di strumenti sui quali può basarsi il trasferimento di dati a un paese terzo o a un'organizzazione internazionale. Pur non essendo oggetto di questo lavoro, è importante evidenziare che esistono dei meccanismi alternativi per l'autorizzazione del trasferimento di dati al di fuori dei confini dell'Ue che non sono basati sul modello di adeguatezza, ad esempio: a) senza autorizzazione da parte del Garante: gli strumenti giuridici vincolanti ed esecutivi tra soggetti pubblici³⁷; le norme vincolanti d'impresa³⁸, le clausole tipo³⁹, i codici di condotta⁴⁰; i meccanismi di certificazione⁴¹. b) previa autorizzazione del Garante: le clausole contrattuali ad hoc⁴² e gli accordi amministrativi tra autorità o organismi pubblici⁴³. c) In assenza di ogni altro presupposto, è possibile trasferire i dati personali in base ad alcune deroghe che si verificano in specifiche situazioni⁴⁴ o con il consenso dell'interessato⁴⁵.

3 LA DECISIONE 2003/490/CE SULL'ADEGUATEZZA DELLA PROTEZIONE DEI DATI PERSONALI IN ARGENTINA

La Decisione 2003/490/CE della Commissione, del 30 giugno 2003, a norma della Direttiva 95/46/CE del Parlamento europeo e del Consiglio relativa all'adeguatezza della protezione dei dati personali in Argentina⁴⁶, consta di 19 Considerandi e 6 articoli il cui obiettivo è di affermare che: "Ai fini dell'articolo 25, paragrafo 2, della Direttiva 95/46/CE, l'Argentina garantisce un livello adeguato di protezione dei dati personali trasferiti dalla Comunità"⁴⁷.

È interessante, ai fini del nostro studio comparato, precisare quali sono stati i motivi giuridico politici su cui la Commissione ha fondato la Decisione di adeguatezza con la Nazione sudamericana e che sono chiaramente definite dal Considerando 5 al 15 e che ci permettiamo di precisare in seguito seguendo i criteri di valutazione contenuti nell'art. 45 del RGPD citato sopra.

³⁷ Ivi: art. 46, par. 2, lett. a).

³⁸ Ivi: art. 46, par. 2, lett. b).

³⁹ Ivi: art. 46, par. 2, lett. c e lett. d).

⁴⁰ Ivi: art. 46, par. 2, lett. e).

⁴¹ Ivi: art. 46, par. 2, lett. f).

⁴² Ivi: art. 46, par. 3, lett. a).

⁴³ Ivi: art. 46, par. 3, lett. b).

⁴⁴ Ivi: art. 49 del Regolamento UE 2016/679).

⁴⁵ Ivi: art. 26.

⁴⁶ D'ora in poi: Decisione 2003/490/CE.

⁴⁷ C. Europea. *Decisione della Commissione del 30 giugno 2003 conforme alla direttiva 95/46/CE del Parlamento europeo e del Consiglio e riguardante l'adeguatezza della tutela dei dati personali fornita in Argentina*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/IT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32003D0490&from=EN>

A) LO STATO DI DIRITTO NELLA LEGISLAZIONE ARGENTINA

La Decisione 2003/490/CE realizza un excursus sul quadro giuridico argentino che garantisce il livello di protezione adeguato richiesto dalla Commissione. Tale analisi viene effettuata in modo piramidale, partendo dalle garanzie costituzionali in materia di protezione dei dati personali e ponendo una particolare enfasi sul ricorso giudiziario speciale, denominato “hábeas data⁴⁸”. In questo modo, l’ordinamento argentino garantisce l’elevazione del diritto alla protezione dei dati personali alla categoria di diritto fondamentale.⁴⁹

La Costituzione argentina non utilizza il termine “privacy” nelle sue pagine. Tuttavia, all’art. 19⁵⁰ si riferisce alle “acciones privadas” che è stato interpretato dalla “Corte Suprema Argentina” consacrando il diritto alla privacy. Inoltre, l’art. 18 garantisce l’invulnerabilità del domicilio e dei documenti personali e privati: “El domicilio es inviolable, como también la correspondencia epistolar y los papeles privados; y una ley determinará en qué casos y con qué justificativos podrá procederse a su allanamiento y ocupación.⁵¹”, estendendo le garanzie ai cittadini stranieri⁵².

Proseguendo l’analisi della struttura giuridica argentina, la Commissione ha analizzato la legislazione in materia individuata nella legge 25.326 del 2 novembre 2000 sulla protezione dei dati personali⁵³ e nel Decreto regolamentare 1558/2001 e ha concluso che: “La Ley 25.326 (...) desarrolla y amplía lo dispuesto en la Constitución. Contiene normas sobre los principios generales de protección de datos, los derechos de los titulares

⁴⁸ La Costituzione argentina prevede un ricorso giurisdizionale speciale, denominato “habeas data”, per proteggere i dati personali. Si tratta di una sottocategoria della procedura prevista dalla Costituzione per proteggere i diritti costituzionali e, pertanto, eleva la protezione dei dati personali allo status di diritto fondamentale. Conformemente all’articolo 43, terzo comma, della Costituzione, ogni persona può proporre tale azione (ossia habeas data) per prendere conoscenza dei dati che la riguardano e della loro finalità iscritti in registri o banche di dati pubblici, o privati per fornire informazioni, e in caso di falsità o discriminazione, per richiedere la loro cancellazione, rettifica, riservatezza o aggiornamento. La segretezza delle fonti giornalistiche non può essere violata. La giurisprudenza argentina ha riconosciuto l’habeas data come diritto fondamentale e direttamente applicabile.

⁴⁹ Garantendo i diritti degli interessati, gli obblighi degli utenti e dei responsabili di archivi, registri e banche dati, sanzioni penali... in modo uniforme su tutto il territorio argentino.

⁵⁰ P. Argentino. *Constitución de la Nación Argentina* Disponibile sul sito: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm> art. 19 “Las acciones privadas de los hombres que de ningún modo ofendan al orden y a la moral pública, ni perjudiquen a un tercero, están sólo reservadas a Dios, y exentas de la autoridad de los magistrados. Ningún habitante de la Nación será obligado a hacer lo que no manda la ley, ni privado de lo que ella no prohíbe”.

⁵¹ *Ivi*: art. 18.

⁵² *Ivi*: Art. 20 “Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano; pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enajenarlos; navegar los ríos y costas; ejercer libremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes. No están obligados a admitir la ciudadanía, ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias. Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Nación; pero la autoridad puede acortar este término a favor del que lo solicite, alegando y probando servicios a la República.”

⁵³ D’ora in poi: Legge 25.326.

de datos, las obligaciones de responsables y usuarios de datos, el órgano de control, las sanciones y el procedimiento del recurso judicial *habeas data*⁵⁴ e contestualmente il Decreto normativo n° 1558/2001: “introduce las normas de aplicación de la Ley, completa lo dispuesto en ella y clarifica aspectos de la Ley que podrían interpretarse de manera divergente⁵⁵”. In questo modo “La legislazione argentina concerne la tutela dei dati personali registrati in archivi, registri, basi di dati o altri strumenti tecnici gestiti da enti pubblici, così come la tutela dei dati personali registrati in archivi, registri, banche di dati o altri strumenti tecnici gestiti da privati, destinati a fornire dei rapporti informativi. Si tratta degli strumenti non limitati all’uso esclusivamente personale e di quelli destinati alla cessione o al trasferimento dei dati personali, indipendentemente dal fatto che la circolazione dei rapporti o delle informazioni prodotte sia gratuita o a pagamento⁵⁶”.

B) AUTORITÀ DI CONTROLLO DELL’ARGENTINA

La “Ley Argentina de Protección de Datos Personales” è probabilmente quella più vicina al modello europeo in Sudamerica. L’Argentina è stata infatti, il primo paese dell’America Latina a ricevere la Decisione di adeguatezza. Allo stesso modo, possiamo affermare che il Garante della privacy argentino denominato: “Dirección Nacional de Protección de Datos Personales⁵⁷” ha grandi somiglianze con le Agenzie del “Viejo Continente”.

Il DNPDP “fijará los estándares de seguridad aplicables a los mecanismos de disociación de datos⁵⁸”. In particolare, è l’organo di controllo, istituito a livello nazionale, per l’effettiva protezione dei dati personali. È responsabile del “Registro Nacional de Bases de Datos” strumento che la legge conferisce regolare l’agire del responsabile del trattamento dei dati personali.

È interessante sottolineare che, sebbene il DNPDP sia di giurisdizione federale, il parere 4/2002 del Gruppo di lavoro del l’Ue, da cui è scaturita la Decisione favorevole di adeguatezza, ha invitato alle Autorità argentine a garantire l’effettiva applicazione della legislazione anche a livello periferico (regionale) attraverso la creazione dei necessari organi di controllo indipendenti e, nei casi in cui questi non esistano, a cercare nel frattempo, delle soluzioni temporanee appropriate che siano conformi all’ordine costituzionale

⁵⁴ P. Europeo Decisión de la Comisión, de 30 de junio de 2003, con arreglo a la Directiva 95/46/CE del Parlamento Europeo y del Consejo sobre la adecuación de la protección de los datos personales en Argentina (Texto pertinente a efectos del EEE). Disponibile sul sito: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=CELEX%3A32003D0490>

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Ivi*: Considerando 10.

⁵⁷ D’ora in poi: DNPDP.

⁵⁸ P. Argentino, Ley N° 25.326. Principios generales relativos a la protección de datos. Derechos de los titulares de los datos. Usuarios y responsables de archivos, registros y bancos de datos. Control. Sanciones. <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/70000-74999/70368/norma.htm#:~:text=Cr%C3%A9ase%20la%20DIRECCION%20NACIONAL%20DE,de%20la%20Ley%20N%C2%BA%2025.326. art. 11>

argentino⁵⁹. Nel 2010, 7 anni dopo la Decisione d'adeguatezza, solo le Province argentine di: Neuquén, Mendoza, Misiones e la Ciudad Autonoma di Buenos Aires erano le uniche giurisdizioni che avevano sviluppato, a diversi livelli, la struttura amministrativa richiesta dal modello europeo della protezione dei dati⁶⁰.

C) IMPEGNI INTERNAZIONALI DELL'ARGENTINA

L'Argentina ha ratificato diversi trattati internazionali sui diritti umani che hanno implicazioni sulla privacy. Ad esempio, la Convenzione internazionale sui diritti civili e politici⁶¹, il cui art. 17 dispone che: "1. Nadie será objeto de injerencias arbitrarias o ilegales en su vida privada, su familia, su domicilio o su correspondencia, ni de ataques ilegales a su honra y reputación. 2. Toda persona tiene derecho a la protección de la ley contra esas injerencias o esos ataques⁶²." Il Comitato per i diritti dell'uomo ha segnalato che gli Stati firmatari dell'ICCPR hanno l'obbligo positivo di "adoptar medidas legislativas y de otra índole para dar efecto a la prohibición de tales interferencias y ataques, así como a la protección de este derecho [privacidad]. Dal 14 agosto 1984, l'Argentina ha firmato la Convenzione Americana sui Diritti Umani o "Patto di San José de Costa Rica ", che nella sua Art. 11 stabilisce: "Protección de la Honra y de la Dignidad: 1. Toda persona tiene derecho al respeto de su honra y al reconocimiento de su dignidad. 2. Nadie puede ser objeto de injerencias arbitrarias o abusivas en su vida privada, en la de su familia, en su domicilio o en su correspondencia, ni de ataques ilegales a su honra o reputación. 3. Toda persona tiene derecho a la protección de la ley contra esas injerencias o esos ataques⁶³".

Infine, è importante sottolineare che i Trattati internazionali sopra citati e quelli successivi che l'Argentina firmerà e ratificherà in materia di diritti umani, verrà loro concessa la gerarchia costituzionale ai sensi dell'art. 75.22: "(...). Los tratados y concordatos tienen jerarquía superior a las leyes. (cuales): La Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre; la Declaración Universal de Derechos Humanos; la Convención Americana sobre Derechos Humanos; el Pacto Internacional de Derechos Económicos,

⁵⁹ C. Europea: *Parere 4/2002 sul livello di protezione dei dati personali in Argentina*. https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2002/wp63_en.pdf "However, the Working Party also encourages the Argentinean authorities to take the necessary steps to overcome some remaining weaknesses in the present legal instruments, as identified in this opinion and requests the Commission to continue the dialogue with the Argentinean Government with that purpose. In particular, the Working Party urges the Argentinean Authorities to ensure the effective enforcement of the legislation at provincial level by means of the creation of the necessary independent control authorities where they do not exist yet and, in the meantime, to look for appropriate temporary solutions in accordance with the Argentinean constitutional order". f

⁶⁰ Temperini M., *La protección de Datos Personales en las Provincias Argentinas*. http://www.elderechoinformatico.com/publicaciones/mtemperini/Datos_Personales_Provincias_Argentinas_2010_Temperini.pdf

⁶¹ D'ora in poi: ICCPR.

⁶² ONU, *Pacto Internacional de Derechos Civiles y Politicos* https://www.ohchr.org/sites/default/files/ccpr_SP.pdf

⁶³ OEA, *Convención Americana sobre Derechos Humanos*. https://www.oas.org/dil/esp/tratados_b-32_convencion_americana_sobre_derechos_humanos.htm

Sociales y Culturales; el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y su Protocolo Facultativo; la Convención sobre la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio; la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial; la Convención sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación contra la Mujer; la Convención contra la Tortura y otros Tratos o Penas Cruelles, Inhumanos o Degradantes; la Convención sobre los Derechos del Niño; en las condiciones de su vigencia, tienen jerarquía constitucional, no derogan artículo alguno de la primera parte de esta Constitución y deben entenderse complementarios de los derechos y garantías por ella reconocidos. Sólo podrán ser denunciados, en su caso, por el Poder Ejecutivo Nacional, previa aprobación de las dos terceras partes de la totalidad de los miembros de cada Cámara⁶⁴.

4 ANALISI DEL QUADRO GIURIDICO MESSICANO

Seguendo la stessa logica giuridica nell'analisi dei criteri di valutazione contenuti nell'art. 45 del RGPD e applicati al quadro normativo argentino, esporremo il rispettivo quadro giuridico in materia di protezione dei dati personali della nazione messicana.

A) LO STATO DI DIRITTO NELLA LEGISLAZIONE MESSICANA

Il diritto alla privacy non era espressamente plasmato nella “Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos”⁶⁵ Tuttavia, la Costituente ha inglobato all'art. 16 alcune protezioni isolate su vari aspetti relativi alla privacy, come: “Nadie puede ser molestado en su persona, familia, domicilio, papeles o posesiones, sino en virtud de mandamiento escrito de la autoridad competente”⁶⁶. In mancanza di una definizione esplicita del concetto di privacy, la “Suprema Corte de Justicia de la Nación”⁶⁷ ha definito come fondamento costituzionale il citato articolo, poiché si tratta di “un reconocimiento del derecho a la persona que tiene su idea originaria en el respeto a la vida privada, siendo una de las libertades tradicionales protegidas por la [CPEUM] la inviolabilidad del domicilio, que tiene como finalidad principal el respeto a un ámbito de vida privada personal y familiar que, por regla general, debe quedar excluido del conocimiento ajeno y de las intromisiones de las demás, con la limitante que la propia Ley Fundamental establece para las autoridades”⁶⁸. Grazie all'individuazione dell'Art. 16 in questa e in altre sentenze della SCJN, quale pietra

⁶⁴ Constitución de la Nación Argentina art. 75.22: <http://servicios.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>

⁶⁵ D'ora in poi: CPEUM.

⁶⁶ Congreso de la Unión. CPEUM. Disponible sul sito: <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/articulos/16.pdf>

⁶⁷ D'ora in poi: SCJN.

⁶⁸ Amparo en Revisión 134/2008, supra nota 10, p. 22 y 23.

angolare della tutela della privacy, tale articolo è stato riformato nel 2009 aggiungendo non solo la protezione dei dati personali, ma anche i diritti di accesso, rettifica, cancellazione e opposizione alla divulgazione di tali dati⁶⁹. Infine, l'art. 7 Costituzionale stabilisce come limite alla libertà di stampa il rispetto della vita privata⁷⁰.

Proseguendo con l'analisi giuridica piramidale, individuiamo nella "Ley Federal de Protección de Datos Personales en Posesión de los Particulares"⁷¹ e nella "Ley General de Protección de Datos Personales en Posesión de Sujetos Obligados"⁷² con i rispettivi Regolamenti hanno lo scopo di regolamentare l'agire di tutte le persone fisiche o giuridiche private che trattano dati personali, ad eccezione delle società di informazione creditizia.⁷³

La LFPDPPP stabilisce lo standard normativo dei trasferimenti di dati nazionali e internazionali che si traduce essenzialmente nella comunicazione dell'informativa sulla privacy da parte del responsabile del trattamento e il consenso del proprietario.⁷⁴

In ogni trattamento dei dati, esiste una ragionevole aspettativa di privacy. Pertanto, si presume che, trattandosi di un trasferimento di dati internazionale, l'interessato confidi che le sue informazioni saranno trattate in conformità con l'informativa sulla privacy poiché lo Stato terzo o l'organizzazione internazionale dovrà assumere gli stessi obblighi che spettano al responsabile trasferente.

B) AUTORITÀ DI CONTROLLO DEL MESSICO

La CPEUM riconosce l'esistenza di 33 organi di trasparenza specializzati, imparziali e autonomi che garantiscono il diritto di accesso all'informazione, integrati in: 31 organi statali, l'Info CDMX di Città del Messico e l'"Instituto Nacional de Acceso a la Información"

⁶⁹ Decreto por el que se adiciona un segundo párrafo, recorriéndose los subsecuentes en su orden, al artículo 16 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos. https://www.dof.gob.mx/avisos/1889/SG_010609/SG_010609.htm#:~:text=Art%C3%ADculo%2016,la%20causa%20legal%20del%20procedimiento.

⁷⁰ C. Diputados, Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos. Disponible sul sito: <https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/CPEUM.pdf> "Artículo 7. Es inviolable la libertad de difundir opiniones, información e ideas, a través de cualquier medio. No se puede restringir este derecho por vías o medios indirectos, tales como el abuso de controles oficiales o particulares, de papel para periódicos, de frecuencias radioeléctricas o de enseres y aparatos usados en la difusión de información o por cualesquiera otros medios y tecnologías de la información y comunicación encaminados a impedir la transmisión y circulación de ideas y opiniones. Ninguna ley ni autoridad puede establecer la previa censura, ni coartar la libertad de difusión, que no tiene más límites que los previstos en el primer párrafo del artículo 6o. de esta Constitución. En ningún caso podrán secuestrarse los bienes utilizados para la difusión de información, opiniones e ideas, como instrumento del delito. primer párrafo del artículo 6o La manifestación de las ideas no será objeto de ninguna inquisición judicial o administrativa, sino en el caso de que ataque a la moral, la vida privada o los derechos de terceros, provoque algún delito, o perturbe el orden público; el derecho de réplica será ejercido en los términos dispuestos por la ley. El derecho a la información será garantizado por el Estado".

⁷¹ D'ora in poi: LFPDPPP. Publicada en el Diario Oficial de la Federación el 5 de julio de 2010.

⁷² D'ora in poi: LGPDPPSO.

⁷³ Existe una legislazione speciale, la legge sugli istituti di credito, che stabilisce le disposizioni relative ai dati finanziari.

⁷⁴ La LFPDPPP prevede nel capitolo 10 un elenco di azioni che daranno luogo a sanzioni.

(livello federale)⁷⁵. In particolare, l'INAI è stato autorizzato a realizzare un duplice obiettivo “garantizar en el Estado mexicano los derechos de las personas a la información pública y a la protección de sus datos personales; así como promover una cultura de transparencia, rendición de cuentas y debido tratamiento de datos personales para el fortalecimiento de una sociedad incluyente y participativa⁷⁶”. Inoltre, deve “ser una Institución nacional eficaz y eficiente en la consolidación de una cultura de transparencia, rendición de cuentas y debido tratamiento de datos personales, reconocida por garantizar el cumplimiento y promover el ejercicio de los derechos de acceso a la información y protección de datos personales como base para la participación democrática y un gobierno abierto⁷⁷”.

C) IMPEGNI INTERNAZIONALI DEL MESSICO

Lo Stato messicano ha guidato l'iniziativa “Reforma de derechos humanos” nel 2011⁷⁸ ampliando l'art. 16 Costituzionale e incorporando tutti i diritti umani riconosciuti nei Trattati internazionali di cui lo Stato messicano fa parte. Tale aggiunta ha contribuito enormemente alla tutela del diritto alla privacy in Messico, in quanto le Autorità pubbliche hanno l'obbligo di rispettare non solo gli strumenti giuridici nazionali e internazionali, ma anche la giurisprudenza di altri Tribunali specializzati nella tutela dei diritti dell'uomo, in particolare quella della Corte interamericana dei diritti dell'uomo.

In questo modo, il fondamento del diritto alla privacy si amplia includendo, a livello americano, l'Art. 11 della Convenzione Americana sui Diritti Umani e il V della Dichiarazione Americana dei Diritti e Doveri dell'Uomo e a livello universale: l'art. 12 della Dichiarazione Universale dei Diritti Umani e l'art.17 del Patto Internazionale sui Diritti Civili e Politici.

5 CONCLUSIONI

Comunemente viene adoperata l'espressione America Latina o Latinoamerica “para singularizar los territorios y Estados ubicados desde el río Bravo, al Norte, hasta el Cabo de Hornos al final de la Patagonia⁷⁹”. Tuttavia, è inverosimile accettare che un territorio con 20.038.800 km² comprendente 20 Nazioni⁸⁰ e con poco più di 650.000.000 di abitanti sia presentato come un monolito inseparabile. Naturalmente,

⁷⁵ CPEUM art. 6 VIII. <https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/CPEUM.pdf>

⁷⁶ En adelante, INAI.

⁷⁷ Si veda, *Cuenta Pública 2020 Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales* <https://www.cuentapublica.hacienda.gob.mx/work/models/CP/2020/tomo/VI/Print.R44.01.INTRO.pdf>

⁷⁸ Senado de la República; *La reforma constitucional sobre derechos humanos. Una guía conceptual Disponible sul sito: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r33063.pdf>*

⁷⁹ Carpizo J., *Derecho Constitucional y Comparado*: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-comparado/article/view/3851/4816>

⁸⁰ Argentina Bolivia Brasil Chile Colombia Costa Rica Cuba Ecuador El Salvador Guatemala Haití Honduras México Nicaragua Panamá Paraguay Perú República Dominicana Uruguay Venezuela.

siamo consapevoli che le Nazioni che rappresentano questa macro-area del Globo presentano un passato comune che si riflette specialmente nella lingua, nella cultura e, soprattutto, nella tradizione giuridica.

Nel corso di queste pagine, abbiamo cercato di segnalare le somiglianze esistenti nell'ordinamento giuridico in materia di protezione dei dati personali della Nazione Argentina e degli Stati Uniti Messicani senza perdere di vista il nostro obiettivo principale, il quale si concentra sull'offerta al governo messicano di uno strumento comparativo con un quadro normativo (l'argentino) che ha raggiunto la Decisione di adeguatezza da parte della Commissione fornendo l'autorizzazione del flusso di dati dal mercato interno europeo. Come abbiamo menzionato precedentemente, un'ipotetica Decisione di adeguatezza favorevole all'ordinamento giuridico messicano sosterebbe la ratifica del nuovo TLCMEU, che tra le sue novità prevede l'introduzione di un commercio on line con regole che consentano alle imprese e ai consumatori di operare in linea più agevolmente senza compromettere la sicurezza.

Orbene, ci permettiamo di affermare che il quadro giuridico messicano che disciplina la protezione dei dati di privati presenterebbe uno schema di protezione molto simile al quadro giuridico argentino in materia. Pertanto, una Decisione di adeguatezza da parte della Commissione sarebbe fattibile e con elevate probabilità di autorizzazione. Per sostenere la nostra posizione ci basiamo sui seguenti punti:

Dal punto di vista dello Stato di diritto, abbiamo dimostrato che entrambe le giurisdizioni americane hanno elevato a rango costituzionale e quindi hanno conferito lo status di diritto fondamentale al diritto alla protezione dei dati personali. Nel caso del Messico, il Congresso ha riformato l'art. 16 CPEUM per dare una lettura senza equivoci alla Giurisprudenza della SCJN.

Entrambe le Nazioni hanno disegnato una cornice giuridica solida sulla protezione dei dati personali con i rispettivi regolamenti, che sono di applicazione federale. Inoltre, l'ordinamento giuridico argentino dispone della procedura di ricorso giurisdizionale detta "habeas data" affinché i cittadini e i residenti esercitino il loro diritto di rettificare le informazioni che lo Stato e gli enti privati possiedono su sé stessi.

Per quanto riguarda le Autorità Garanti, evidenziamo che l'Argentina dispone di un'Autorità federale denominata: "Dirección Nacional de Protección de Datos Personales". Gli esperti in materia hanno classificato tale autorità come "la più vicina al modello europeo" dal punto di vista organizzativo. Tuttavia, condividiamo le opinioni espresse nel parere 4/2002 del gruppo di lavoro dell'Ue, che invitava le Autorità argentine a garantire l'effettiva applicazione della legislazione anche a livello periferico (regionale). Il Messico

dispone attualmente di 33 Autorità di trasparenza specializzati, imparziali e autonomi che garantiscono il diritto di accesso all'informazione, integrati in: 31 organi statali, l'Info CDMX, di Città del Messico e l'Istituto Nazionale di Accesso all'Informazione (livello federale).

Per quanto riguarda gli impegni internazionali in materia di protezione dei dati assunti dalle due nazioni americane, è evidente che vi è stata una chiara assimilazione e trasposizione giuridica dei diritti umani emanati sia dalle Nazioni Unite che dalla Corte interamericana dei diritti dell'uomo; diritti fondamentali che fanno eco nei precetti fondamentali dello Spazio europeo comune.

Riteniamo infine, che questo lavoro sarebbe incompleto solo se ci limitassimo a concretizzare la nostra posizione sull'ipotetica Decisione di adeguatezza del Messico senza rivedere alcune delle raccomandazioni formulate dagli esperti in materia al fine di raggiungere norme più adeguate in materia di protezione dei dati personali e che aumenterebbero le possibilità di ottenere una Decisione d'adeguazione favorevole da parte della Commissione.

In particolare, proponiamo le conclusioni del lavoro della Prof.ssa. Olivia Andrea Mendoza Enríquez che ci permettiamo sintetizzare:

1. Promuovere una cultura della protezione dei dati personali in possesso delle persone giuridiche stabilite in Messico, al fine di sensibilizzare tutti i membri delle organizzazioni, del danno irreparabile che può derivare dalla violazione delle disposizioni in materia di privacy.
2. Stabilire delle campagne permanenti di formazione, al fine di far conoscere gli obblighi osservati dai membri delle aziende, in base alla natura delle informazioni che trattano.
3. Redigere un inventario dei dati personali in loro possesso al fine di determinare se i dati sono di matrice personale, personali sensibili o entrambi.
4. Creare, come parte degli schemi di buone pratiche, incentivi al corretto trattamento dei dati personali, in conformità con le disposizioni di legge.
5. Rendere note le sanzioni alle quali si può essere creditori in caso di violazione dei doveri, delle responsabilità e dei principi della LFPDPPP⁸¹.

⁸¹ Mendoza Enríquez, O.A., *Marco jurídico de la protección de datos personales en las empresas de servicios establecidas en México: desafíos y cumplimiento*. Rev. IUS vol.12 no.41 Puebla ene./jun. 2018. https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-21472018000100267&script=sci_arttext

SOBRE O ORGANIZADOR

Xosé Somoza Medina (1969, Ourense, España) Licenciado con Grado y premio extraordinario en Geografía e Historia por la Universidad de Santiago de Compostela (1994). Doctor en Geografía e Historia por la misma universidad (2001) y premio extraordinario de doctorado por su Tesis “Desarrollo urbano en Ourense 1895-2000”. Profesor Titular en la Universidad de León, donde imparte clases desde 1997. En la Universidad de León fue Director del Departamento de Geografía entre 2004 y 2008 y Director Académico de la Escuela de Turismo entre 2005 y 2008. Entre 2008 y 2009 ejerció como Director del Centro de Innovación y Servicios de la Xunta de Galicia en Ferrol. Entre 2007 y 2009 fue vocal del comité “Monitoring cities of tomorrow” de la Unión Geográfica Internacional. En 2012 fue Director General de Rehabilitación Urbana del Ayuntamiento de Ourense y ha sido vocal del Consejo Rector del Instituto Ourenseño de Desarrollo Local entre 2011 y 2015. Ha participado en diversos proyectos y contratos de investigación, en algunos de ellos como investigador principal, con temática relacionada con la planificación urbana, la ordenación del territorio, las nuevas tecnologías de la información geográfica, el turismo o las cuestiones demográficas. Autor de más de 100 publicaciones relacionadas con sus líneas de investigación preferentes: urbanismo, turismo, gobernanza, desarrollo, demografía, globalización y ordenación del territorio. Sus contribuciones científicas más importantes se refieren a la geografía urbana de las ciudades medias, la crisis del medio rural y sus posibilidades de desarrollo, la evolución del turismo cultural como generador de transformaciones territoriales y más recientemente las posibilidades de reindustrialización de Europa ante una nueva etapa posglobalización. Ha participado como docente en masters y cursos de especialización universitaria en Brasil, Bolivia, Colombia, Paraguay y Venezuela y como docente invitado en la convocatoria Erasmus en universidades de Bulgaria (Sofía), Rumanía (Bucarest) y Portugal (Porto, Guimarães, Coimbra, Aveiro y Lisboa). Ha sido evaluador de proyectos de investigación en la Agencia Estatal de Investigación de España y en la Organización de Estados Iberoamericanos (OEI). Como experto europeo en Geografía ha participado en reuniones de la Comisión Europea en Italia y Bélgica. Impulsor y primer coordinador del proyecto europeo URBACT, “come Ourense”, dentro del Programa de la Unión Europea “Sostenibilidad alimentaria en comunidades urbanas” (2012-2014). Dentro de la experiencia en organización de actividades de I+D+i se pueden destacar la organización de diferentes reuniones científicas desarrolladas dentro de la Asociación de Geógrafos Españoles (en 2002, 2004, 2012 y 2018).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abonos orgánicos 159, 163

Administración Estratégica 54, 76, 89, 92, 94, 102

Agricultura sostenible 159

Alimentos nutraceuticos 165

Análisis de puestos 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Aporte térmico 215, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

C

Capacidades dinámicas 2, 21, 25

Competitividad 2, 9, 14, 28, 30, 34, 39, 41, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 63, 66, 74, 76, 77, 79, 81, 86, 87, 88, 90, 93, 124

Comportamiento organizacional 104

Compost 159, 163

Conocimiento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 30, 33, 47, 48, 50, 51, 55, 59, 61, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 100, 119, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 154, 202

Cuenca 170, 171, 174

D

Desarrollo web 133

Descripción de puestos 39, 42, 47, 50, 56, 58, 62, 63, 67, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Deslizamiento 170, 174

Dimensiones culturales 103, 104

Dinámica molecular 197

E

Ecosistema empresarial 2

Ecosistemas de investigación 126, 128, 129, 130

Educación 19, 24, 26, 34, 35, 89, 93, 101, 102, 113, 117, 118, 121, 127, 129, 130, 131

Electrocatalyst 185, 195, 196

Emisiones potenciales 175, 181, 182, 183

Empresa 7, 10, 12, 15, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 37, 40, 42, 43, 44, 45, 47,

49, 50, 51, 53, 54, 56, 58, 61, 63, 64, 65, 67, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 216

Era digital 113, 116, 123

F

Factor de conversión 175, 180

Formación profesional 113, 131

Fuel cell 185, 186, 196

G

GDPR 143, 148

GEI 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

Gestión del conocimiento 2, 3, 4, 5, 13, 18, 20, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 88

Gestión de recursos humanos 39, 66, 73

Gestión de residuos 159

Gestión empresarial 2, 7, 8, 18, 21

GTAW 215, 216, 217, 218, 221

I

Inambari 170, 171, 172, 174

Incendios forestales 175, 176, 177, 183, 184

Inconel 718 215, 216, 217, 218, 222, 223, 225, 226

Innovación 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 46, 48, 52, 53, 63, 66, 74, 75, 80, 83, 90, 91, 102, 114, 121, 128, 130, 132, 184

Innovación sostenible 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

L

Legislazione argentina 143, 151, 152

Legislazione messicana 143, 154

Livello adeguato 143, 149, 150

M

Maíz pigmentado 165, 166

Michoacán 113, 114, 116, 119, 120, 123, 124, 125, 164, 215

N

Nanoquímica 197

O

Oxygen reduction 185, 186, 187, 191, 192, 193, 194, 195, 196

P

Patrones de diseño 133

Peligro geológico 170, 174

Perfil del puesto 39, 72

Pigmentos vegetales 165

Planeación 20, 22, 34, 54, 76, 82, 97, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 177

Pyme 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 81, 87, 105, 111, 112, 124

Pyme familiar 79

PYMES 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 66, 68, 74, 75, 79, 81, 83, 88, 89, 90, 93, 94, 96, 101, 102

Q

Química de materiales 197

R

Rendimientos a escala 26

Residuos cítricos 159, 160, 163

Riesgo de desastre 170, 174

Rotating disc electrode 185, 188, 191

S

Segregación y microestructura 215

Software 112, 133, 134, 136, 141, 142, 213

T

Tafel slope 185, 193, 194, 195

Transformación Digital 89, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 101, 102

Trasferimento internazionale di dati 143

Turismo cultural 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 227

U

Universidades 4, 24, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 227

Z

Zea mays 165